

Ciberespaço: a troca da privacidade pelo gratuito¹

Marina Gomes PORTELA²

Riverson RIOS³

Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE

RESUMO

Há algo que sempre chama a atenção da população: quando se trata de ganhar coisas como se fossem presentes. É fato que a sociedade agora participa de forma ativa no novo mercado, através de redes de compartilhamento, mas os principais motivos dela se submeter a isso são o desejo de obter produtos a um baixo custo e conseguir visibilidade para se afirmarem. O problema é que existe bastante interesse econômico e político por parte dos criadores e donos de *websites*. Este artigo propõe um estudo a respeito da alienação exercida pelas grandes corporações sobre a massa através da Internet e seus serviços gratuitos. Foi feita uma análise sobre os usuários aceitarem as exigências das mídias sociais e de como as empresas investem cada vez mais nessas ferramentas cibernéticas, que parecem estar vigiando-os a todo instante.

PALAVRAS-CHAVE: Alienação; Interesse; Gratuitos; Mídias; Ferramentas.

INTRODUÇÃO

A cibercultura mudou o comportamento de civilizações e tradições centenárias presentes na sociedade. O alcance da Internet é extraordinário. No espaço físico, as pessoas ficam limitadas a possuir e conhecer artigos industrializados que as lojas escolhem e disponibilizam para o consumidor. Essa limitação acontece por razão econômica, pois os estabelecimentos precisam vender produtos que gerem demanda necessária para pagar o custo da estocagem. Com o advento da Internet, o espaço de estocagem é infinito, qualquer interessado pode participar e há facilidade de conseguir o produto desejado (ANDERSON, 2006).

As novas tecnologias contribuíram para que pessoas leigas em um assunto, mas com vontade de participar, pudessem ajudar profissionais, através do uso de recursos gratuitos. Ocorreu uma democratização da produção de conteúdo. O problema gerado pela difusão aberta é saber qual o real interesse das grandes corporações em querer investir nesse mundo onde tudo aparenta ser possível e de livre acesso.

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 14 a 16 de junho de 2012.

² Estudante de graduação do Curso de Jornalismo da UFC, email: marinagportela@hotmail.com.

³ Orientador do trabalho, professor Ph.D. e tutor do PET do Curso de Comunicação Social da UFC, email: riverson@ufc.br.



A nova geração está crescendo com um *tablet*⁴ na mão. Eles estão sempre conectados no mundo *on-line* e a Internet já se tornou uma fonte primária e indispensável de informações. O produto gratuito não é apenas um artifício de marketing. A maioria dos usuários de Internet depende de um ou mais de seus serviços livres de custos, como o *e-mail* e as redes sociais. Isso pode ser visto com mais clareza no livro *Free* (traduzido para o português como “Grátis”), lançado em 2009 pelo americano Chris Anderson. Em seu livro, Anderson afirma que a ascensão da “*freesconomics*”, ou seja, a “economia do grátis”, está sendo abastecida pelas tecnologias da era digital. A Internet integra a queda de preço dos processadores, banda larga e armazenagem. Na economia dos *bits*, como o autor se refere ao mundo *online*, tudo fica mais barato.

Devido ao conteúdo disponibilizado na *web* não fazer julgamento de quem pode usá-lo, os usuários ficam vulneráveis a violências virtuais, como, por exemplo, roubo de dados e apologia à pedofilia. Utilizando-se desse tipo de argumento, os governos defendem a quebra de sigilo. Proteger a liberdade de expressão não quer dizer concordar com os que querem utilizar o espaço público virtual para manifestar atitudes criminosas. Um questionamento a se fazer é se a decisão de uma autoridade superior, seja ela governamental ou privada, de quebrar o sigilo de alguém está facilitando para que uma pessoa, que se sinta no direito de impor censura ao discurso, queira violar a liberdade de expressão.

O fato é que a população está dependente da Internet e não se questiona por que e de que forma os criadores e mantenedores de *sites* e serviços guardam seus dados, como a localização presente do usuário. Algumas empresas com forte ação nas redes sociais mantêm parcerias com governos sem que os seus clientes saibam. Esse artigo faz uma reflexão sobre qual seria o interesse envolvido por trás da vigilância que é feita nas ações dos usuários e discute por que os internautas se submetem a essas decisões de interesses que vão além do econômico.

A escolha do objeto de estudo se deve pela importância de estudantes e pesquisadores estarem sempre atualizados sobre as mudanças socioculturais. Todos os dias são feitas novas ferramentas e descobertas, que devem ser analisadas para que se

⁴ *Tablet* é um dispositivo pessoal, em formato de prancheta, usado para acesso à Internet e organização pessoal. Apresenta uma tela *touchscreen* (tela sensível ao toque), que é o dispositivo de entrada principal. Suas funcionalidades são acionadas através da ponta dos dedos ou uma caneta apropriada.



entenda e conheça melhor do que se trata. Sem dúvida, a Internet é uma das invenções que mais influencia e modifica tanto ela mesma quanto a sociedade nesse período atual.

As informações presentes no artigo se dão através de pesquisas em órgãos responsáveis e estudos relacionados com *cybercultura*.

Foi explorada nesse trabalho a formação de uma nova geração e o motivo desta se submeter à perda de privacidade. Os leitores passarão a ter uma compreensão sobre os novos padrões de comunicação e o interesse do ser humano em se expor, assim como a vigilância de quem detém o poder sobre a sociedade.

O trabalho está assim organizado. A primeira seção discute a respeito do ciberespaço e o comportamento das pessoas nos *sites*, com foco nas redes sociais. A Seção 2 faz uma análise sobre os usuários de Internet e a ausência de privacidade, mostrando como isso acontece. Por fim, o artigo fala sobre as estratégias de vigilância usadas pelos governos para garantir seu poder sobre a sociedade.

1. Cibercultura e Exposição

Os avanços científicos e comunicacionais, desde a Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945), têm gerado novas sociedades, potencializadas pelas tecnologias digitais de informação. Uma das principais causas dessa Guerra foi o surgimento de governos totalitários com fortes objetivos militaristas e expansionistas, principalmente o governo nazista, na década de 1930, no continente europeu. Havia a intenção de utilizar as novas tecnologias para o Estado ter mais controle sobre a sociedade. A causa da mudança nas civilizações é a tecnologia de comunicação, que passou a ser distribuída em larga escala, rompendo barreiras geográficas. Isso se deu através da propagação de recursos telemáticos, que contribuem para transformações nas ordens política, de valor e econômica (CASTELLS, 2003).

O novo modelo organizacional exige que o homem se adapte a essas constantes variações, a fim de não ficar a margem do meio social. Segundo uma pesquisa realizada pelo IBOPE Nielsen Online (<http://www.ibope.com.br/>), a quantidade de pessoas no Brasil que tiveram acesso à Internet em sua residência ou local de trabalho, apenas em janeiro de 2012, atingiu 63,5 milhões, sendo 47,5 milhões ativos. Como pode ser visto no quadro abaixo, o crescimento foi de 2% em relação ao mês de dezembro de 2011 e de 11,2% sobre os 42,7 milhões de janeiro de 2011. É importante ressaltar que os *sites*



mais acessados foram os do Governo Federal brasileiro, sobretudo os que estão relacionados à educação, como os que contêm informações sobre o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do Programa Universidade para Todos (Prouni).

	dez/11	jan/12	variação
Tempo de uso do computador (hh:mm:ss) – aplicativos incluídos Trabalho e domicílios	62:04:58	63:27:46	2,2%
Tempo de uso do computador (hh:mm:ss) – aplicativos excluídos Trabalho e domicílios	46:47:51	49:06:01	4,9%
Número de usuários ativos (000) Trabalho e domicílios	46.589	47.500	2,0%
Número de pessoas com acesso (000) Trabalho e domicílios	63.466	63.466	---
Número de pessoas com acesso (000) Qualquer ambiente – 3º. Trimestre de 2011	78.464		

Quadro 1. Tempo de uso da Internet por pessoa no Brasil.

Fonte: IBOPE Nielsen Online

Os dados acima ratificam esse estudo. Mostram que os internautas estão mais preocupados com seu futuro profissional e que a Internet não está substituindo as relações sociais reais, pelo contrário, ela colabora, a fim de facilitar as tarefas do dia a dia.

A ascensão das soluções tecnológicas aplicadas ao Ensino permite que os indivíduos possam se encontrar sem sair de casa ou fazer um curso a distância (EAD). Isso ocorre, sobretudo, através de *softwares* próprios de cada instituição de ensino. Há também outros programas que promovem essa interação a distância, que é o caso do Skype e Windows Live Messenger – mais conhecido como MSN – onde a comunicação ocorre apenas de forma instantânea, ou ferramentas *on-line*, como o Twitter – um microblog –, Facebook – *site* onde as pessoas criam perfis e mantêm contato com conhecidos ou outros participantes de seu interesse – e Blogs. Esses instrumentos foram fundamentais para o crescimento das comunidades virtuais.

Os participantes de uma rede social interagem baseados em ações recíprocas, que podem ser descritas pelo comportamento emocional, social e intelectual de cada indivíduo. A sociedade é constituída por atitudes de reciprocidade entre membros, que possuem diferentes interesses. Essa participação pode ser de caráter colaborativo ou interpessoal.

Essas duas palavras têm significados parecidos, mas não devem ser confundidas, pois uma completa a outra. Pode-se caracterizar colaborativo quando algo é produzido

com a ajuda de duas ou mais pessoas. Elas compartilham experiências entre si sobre um determinado objeto de pesquisa. Interpessoal é quando ocorre a troca de informação, também envolvendo dois ou mais participante (CECCATTO, 2011).

O ser humano sente a necessidade de manter um status social, de ser notado pelas pessoas que vivem a sua volta. A vontade de alcançar esse ideal o cega, a ponto de se submeter a qualquer instância. Na Internet isso é bem visível. Os usuários comentam sobre o lugar requisito que estão frequentando, postam fotos que valorizam o corpo e por vezes criam discussões que chamam atenção para si.

O psicólogo americano Abraham Maslow (1908 - 1970) propõe uma visão hierárquica, denominada “Hierarquia de necessidades de Maslow” ou “Pirâmide de Maslow” (SERRANO, 2006). Ele defendeu que o homem é motivado segundo suas necessidades, que se manifestam em graus de importância. As fisiológicas estão em primeiro lugar, se encontram na base da pirâmide, e as de realização pessoal são as necessidades finais. Cada necessidade humana influencia na motivação e na realização do indivíduo, que o faz prosseguir para outras necessidades que marcam uma pirâmide hierárquica. As necessidades de níveis mais baixos devem ser satisfeitas antes das necessidades de níveis mais altos. Cada indivíduo tem que "escalar" os graus hierárquicos para se autorrealizar, como pode ser visualizado na figura abaixo:

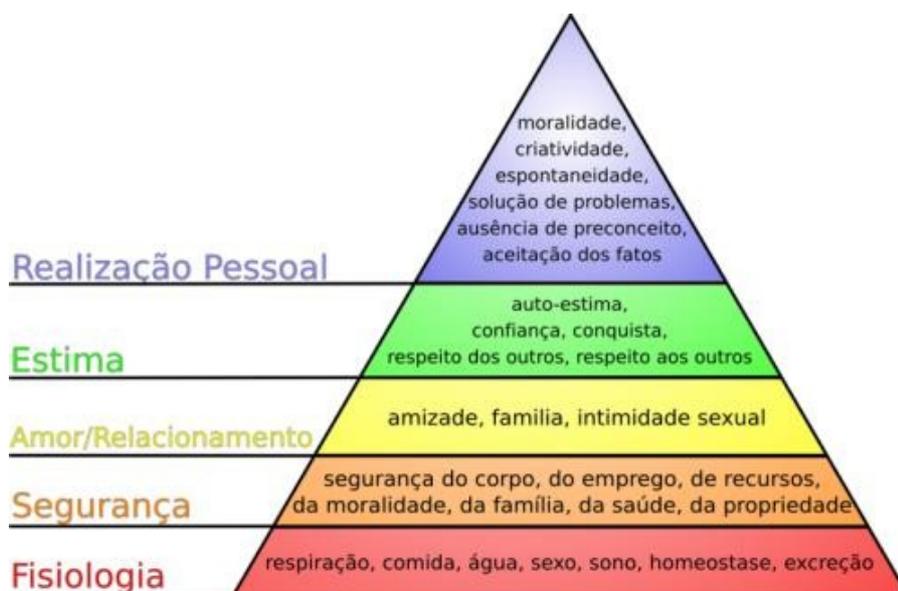


Figura 1. Hierarquia de necessidades de Maslow.

Fonte: InfoEscola

Adaptando a pirâmide às necessidades aplicadas às mídias sociais, temos, desta forma, os dois primeiros degraus representando os patamares determinantes ao ingresso dessas mídias. A Pirâmide fica constituída assim:



Figura 2. Pirâmide da Hierarquia das Necessidades de Maslow aplicada às mídias sociais.

Fonte: Entropia.blog.br⁵

Segundo João Carlos Caribé, Publicitário e Consultor de Mídias Sociais, para o grau de Estima ser alcançado, o usuário investe em busca de reconhecimento (CARIBÉ, 2008). Esse investimento acontece através da criação de um blog, uma comunidade, ou tornando-se um usuário extremamente participativo nos fóruns e listas de discussão. Já a Autorrealização é quando a presença desse usuário no cyberspaço está garantida, devido ele já ser reconhecido: tornou-se uma celebridade. Esse internauta provavelmente faz parte de um ou mais núcleos sociais. O usuário torna-se um compulsivo por *mashups* (navegação) e redes sociais, sempre as mantendo atualizadas. Nesse momento, Caribé afirma que existe o trânsito, variação, com o degrau abaixo, Estima, pois manter-se no topo é imensamente mais difícil do que alcançá-lo.

2. Antenados x Falta de privacidade

A busca incessante pela autorrealização, somada com as publicidades tentadoras de produtos mais baratos na Internet, faz com que o usuário permita que *sites* de redes

⁵ Fonte da imagem: <<http://entropia.blog.br/2008/03/16/o-novo-geek-e-maslow/>>. Acesso em: 17 de abril de 2012.



sociais e/ou de compras obtenham suas informações pessoais – por exemplo, endereço, número da identidade e do cartão de crédito.

O ânimo com a liberdade tida pela Internet foi tão grande que as pessoas esqueceram a obstinação de práticas autoritárias de vigilância em um dos ambientes mais importantes: o local de trabalho. À medida que as atividades dos empregados de uma empresa se tornam mais dependentes da interconexão por computador, grande parte das corporações decidiram que têm o direito de monitorar os usos de suas redes por seus funcionários. Há programas de monitoramento – como o BRMonitor (BAIXAKI, 2012), *software* pago desenvolvido pela empresa Planet Software & Design, e Revealer Free Edition (BAIXAKI, 2008), *software* livre criado pela Logixoft – que exibem toda a atividade realizada nos computadores de uma determinada firma.

Mas, mesmo além das paredes de vidro do mundo das companhias, “você já tem privacidade zero nela”, proclama, acerca da Internet, Scott McNealy, o carismático diretor executivo da Sun Microsystems, num pronunciamento que despertou grande atenção (citado em Scheer, 2000, p.100). Aqui, o desenvolvimento fundamental foram as tecnologias de coleta de dados associadas à economia do comércio eletrônico. (CASTELLS, 2003, p. 143).

Um das principais fontes de renda das empresas de comércio eletrônico são os lucros gerados com a venda de publicidade. Porém, há também a venda de dados pessoais de seus usuários para seus clientes. A cada clique em um *website*, informações são colhidas.

O problema então é a troca de dados pelo privilégio de acesso a *websites*. A maioria dos usuários da Internet está renunciando seus direitos à privacidade para conseguir usá-la. Uma vez abdicado esse direito à proteção de privacidade, as informações particulares tornam-se propriedade legítima das corporações de Internet e de seus clientes.

A mudança da liberdade e da privacidade na Internet decorre de sua comercialização. A necessidade de garantir e moldar a comunicação na Internet para aumentar o capital de um órgão com ela, além da necessidade de resguardar os direitos de propriedade intelectual nela, induziu ao desenvolvimento de novas arquiteturas de *software* que permite o controle da comunicação por computador. Governos por todo o mundo toleram essas tecnologias de vigilância ou as adotam para recuperar parte do poder que estavam perdendo.

Uma vasta quantidade de tecnologias de controle surgiu a partir dos interesses entrelaçados do comércio e dos governos. Existem tecnologias de identificação, de vigilância e de investigação. As de identificação incluem o uso de senhas; procedimentos de autenticação; e *cookies* – marcadores digitais inseridos automaticamente por um *site* no disco rígido do computador do usuário que acessou essa *web* página. Assim, tudo que o internauta faz em um *site* fica registrado e o próprio *site* que inseriu o *cookie* recebe essas informações. Esse primeiro tipo é bastante utilizado por empresas de cartões de crédito e de comércio eletrônico. As de vigilância interceptam mensagens e instalam marcadores que rastreiam o fluxo de comunicação a partir de uma determinada localização de um computador, dessa forma, monitoram a atividade de máquinas durante todo o dia. Por fim, as tecnologias de investigação. Esta constrói um banco de dados a partir do armazenamento rotineiro de informações registradas. Uma vez coletados, todos os itens contidos podem ser agregados, desagregados, combinados e identificados de acordo com o objetivo e o poder legal. Um exemplo de sua utilização é em pesquisas, no qual são traçados perfis (CASTELLS, 2003).

Todas essas tecnologias se baseiam em dois pressupostos básicos: o conhecimento assimétrico dos códigos na rede e a capacidade de determinar um espaço específico de comunicação apta de controle. Elas atuam seu domínio sob duas condições. A primeira é que o *software* é secreto e patenteado. Uma vez na rede, o usuário torna-se cativo de uma arquitetura de códigos que desconhece. A segunda é que os controles são desempenhados baseados em um espaço definido na rede, pois, mesmo que a Internet constitua uma rede global, seus pontos de acesso não são, devido os filtros instalados nele. Logo, os internautas estão sujeitos à subordinação local.

3. Estratégias de segurança x Vigilância

Através dos avanços tecnológicos alcançados por essas companhias comerciais, os governos desenvolveram seus próprios programas de vigilância. Internacionalmente, o programa Echelon, criado pelos Estados Unidos da América e Grã-Bretanha na época da Guerra Fria (1945 - 1991), parece ter sido transformado em espionagem, mediante o uso de escuta tradicional e interferência de telecomunicações, com interceptação de mensagens eletrônicas. Ele captura e analisar mensagens, através de palavras - chaves

que são pré- programadas. O Echelon faz parte do projeto secreto da SIGINT (do termo inglês *Signals Intelligence*, traduzido para o português como “sinal inteligente”). Atualmente, a SIGINT é a maior fonte de informação dos serviços de inteligência, ultrapassando o domínio da HUMINT (do termo inglês *Human Intelligence*, traduzido para o português como “inteligência humana”).



Figura 2. Supercomputadores, em Washington trabalham com dados específicos.
Fonte: Revista Galileu⁶

As evidências de atividade de espionagem levaram o Parlamento Europeu a criar, em 5 de julho de 2000, uma comissão temporária sobre o Sistema de Intercepção ECHELON e, no ano seguinte, uma comissão parlamentar com o objetivo de investigar e verificar a existência e as ações do sistema de interceptação das telecomunicações denominado “Echelon”. Na *Resolución del Parlamento Europeo sobre la existencia de un sistema mundial de interceptación de comunicaciones* (traduzido para o português como “Resolução do Parlamento Europeu sobre a existência de um sistema global de interceptação de comunicações”), criada em 2001, o Parlamento Europeu afirma:

Tendo considerado o relatório da Comissão Temporária sobre o Sistema de Intercepção ECHELON (A5-0264/2001), considerando que não há razão para duvidar da existência de um sistema de interceptação de comunicações em todo o mundo envolvendo os Estados Unidos, o Reino Unido, Canadá, Austrália e Nova Zelândia no âmbito do Acordo UK/USA, e que, de acordo com a informação disponível e de acordo com numerosas declarações concordantes de diferentes pessoas e organizações, incluindo as fontes americanas, é susceptível de ser chamado de sistema ECHELON, embora este é um detalhe relativamente menor, considerando que não há dúvida de que o objetivo do sistema é interceptar, pelo menos, comunicações privadas e comerciais, não militares, embora a análise apresentada no relatório mostrou que as capacidades técnicas do sistema provavelmente não são muito pelo menos tão

⁶ Fonte da imagem: < <http://revistagalileu.globo.com/Galileu/0,6993,ECT954014-1719-3,00.html>>.
Acesso em: 29 de abril de 2012.

grande como havia sido assumido, em parte, nos meios de comunicação.
(ACTA DEL 05/09/2001 – Edición Provisional).

Ao invés de fortalecer a democracia, pela promoção de conhecimento e participação dos cidadãos, o uso da Internet tende a aprofundar a crise da legalidade política, ao fornecer uma plataforma de lançamento mais ampla para a política do escândalo. O problema está no tipo de política que as sociedades estão gerando e não na Internet. Uma política que em última instância molda o poder dos Estados em um período em que eles se enfrentam com uma modificação de seu ambiente de segurança.

À medida que um governo e uma sociedade se sujeitam cada vez mais a uma rede de comunicação, maior o risco de sofrerem um ciberataque feito por pessoas que se dedicam a conhecer e modificar os aspectos internos de dispositivos, programas e redes de computadores com uma finalidade criminosa, ou seja, um ataque feito por *crackers*. De fato, a capacidade de conseguir informação sigilosa ou destruir sistemas-chave de comunicação torna-se uma possibilidade perigosa de escolha no novo ambiente tecnológico. Como as redes de computadores interligaram os países, os caminhos para a invasão de sistemas de segurança não têm fim.

Existe uma poderosa contramedida que poderia reforçar a segurança por todo o sistema - a propagação de tecnologia avançada de criptografia para organizações e pessoas em geral. Se toda a rede tivesse a capacidade de proteger seus componentes individuais, seria mais difícil invadi-la. Mas os governos tentam impedir a difusão de tecnologia criptografada, afirmando que, dessa forma, facilitará atividades criminosas. Vale ressaltar que o já citado programa Echelon é capaz de decifrar as mensagens criptografadas. Essa tentativa é um dos recursos dos Estados para cultivar algum grau de controle sobre os fluxos de informação, no qual seus domínios se constituíram por centenas de anos. Outro meio que deixa o Estado mais vulnerável a um ciberataque é a recusa de limitar sua soberania, seja por criptografia ou cooperação internacional.

No início da criação da Internet, sua existência pareceu prenunciar uma era de liberdade. A privacidade era resguardada pelo anonimato na comunicação e pela dificuldade de averiguar as origens do usuário e de identificar o conteúdo de mensagens transmitidas com o uso de protocolos de Internet (IP – sigla inglesa do termo “*Internet Protocol*”), que permite o tráfego de informações encaminhado de uma rede para outra.

Devido à Internet ter se desenvolvido nos Estados Unidos – no final da década de 1960, durante a Guerra Fria – ela foi feita sob a proteção constitucional da livre expressão imposta pelos tribunais americanos.

Como o *backbone* da Internet global baseava-se em grande parte nos Estados Unidos, qualquer restrição a servidores em outros países podia em geral ser controlada por re-roteamento através de um servidor dos EUA. Sem dúvida, autoridades num dado país podiam detectar os beneficiários de certos tipos de mensagens exercendo suas capacidades de vigilância, e depois punir os infratores segundo suas leis. (CASTELLS, 2003, p.139).

O método de vigilância e repreensão era bastante complicado para ser econômico em grande escala e não segurava a comunicação pela Internet, havia apenas a pena. O único modo de controlar a Internet era não estar presente nela. Essa medida exagerada logo trouxe problemas no mercado econômico para todos os países do mundo, tanto nas oportunidades de negócios quanto no acesso à informação global.

Mesmo com todos os discursos sobre a liberdade e Internet, os governos dos países, sejam eles considerados capitalistas, ditatoriais ou comunistas, tentam encontrar meios legais para controlá-la. O controle da informação é a essência do poder dos Estados ao longo de toda a história.

A diplomacia pública destinada a sociedades, e não apenas a governos, é uma tática nacional de segurança, que pode impedir confronto e aumentar as chances de fazerem alianças pacificadoras. Isso requer uma infraestrutura tecnológica e uma ordem liberal de informação, que garante a liberdade de ideias. Mas implica também, da parte dos líderes políticos, a facilidade de mudar seus pensamentos para se conectar com seu ambiente global cambiante.

A extensão política da vida de cada indivíduo está em constante transformação. O controle sobre as redes de difusão se alavanca de acordo com essa mudança de interesse e valores nas normas de conduta do comportamento humano.

A Internet é uma ferramenta que expressa liberdade, mas também é uma arma de dominação unilateral. Ela termina um potencial abissal para a expressão dos direitos dos cidadãos e seus valores. No entanto, ao equiparar o espaço de manipulação e ao ampliar as fontes de comunicação, contribui para a democratização.

CONCLUSÃO

As decisões tomadas pelos governos e corporações que compactuam neutralizam o poder dos cidadãos e ampliam os seus. Tudo corresponde à redução da privacidade da comunicação eletrônica. Esta continuará a fluir, porque faz parte do formato da Internet, porém, ao redefinir o espaço de acesso e estabelecer protocolos de vigilância, permite que haja o controle e condicionamento a penalidade.

A grande vítima é a população global. Os Estados procuram fundir poder em busca de uma soberania mundial e para isso restringem a liberdade dos cidadãos. Esse policiamento global ameaça a estrutura do comportamento diário pelas normas dominantes da sociedade. A liberdade de expressão era a essência do direito à comunicação irrestrita quando a maioria das tarefas cotidianas não era relacionada à expressão na esfera pública.

A vida das pessoas, na atualidade, guarda um lugar reservado para interação através da Internet. Já não se pode mais desmembrar. Dessa maneira, todos se submetem ao monitoramento. Uma espécie de *Big Brother* da vida real, que registram o comportamento por tempo ilimitado, guardado em banco de dados. Nas condições vigentes nos países, independente do grau de autoritarismo, essa vigilância pode afetar diretamente a vida da humanidade, com introdução de *microchips* e o que mais for criado “em nome da ciência”.

Falta atitude por parte da população. Os iludidos, que acreditam com veemência que não são utopistas, fazem pequenos protestos nas redes sociais achando que vão mudar uma sociedade. Eles esquecem que em um mundo de sete bilhões de habitantes, apenas dois bilhões têm acesso à Internet, segundo levantamento feito, em 2011, pela União Internacional de Telecomunicações (UIT). Ao mesmo tempo em que fazem ou tentam fazer alguma reivindicação, se deixam dominar pelas exigências de *sites* de compras e redes sociais. Seria mais proveitoso aderir ao uso de *softwares* livres ou não efetuar compras *online*.

Os governos parecem esquecer o significado das palavras democracia e interesse público. Essa crise de legitimidade deve deixar o cidadão sempre atento às novas leis e medidas feitas pelos líderes políticos.

Ninguém é capaz de viver em uma sociedade transparente. Se o sistema de vigilância prosseguir em desenvolvimento, não existirá liberdade e nem lugar para se esconder dele.



REFERÊNCIAS

73,9 milhões de pessoas têm acesso à internet no Brasil. **Site do IBOPE**. Disponível em: <http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=6&proj=PortalIBOPE&pub=T&nome=home_materia&db=cald&docid=EA0526673CE1740D832578570054B23B>. Acesso em: 3 de abril de 2012.

Abraham Maslow. **Site da Wikipédia**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Abraham_Maslow>. Acesso em: 17 de abril de 2012.

ANDERSON, C. **A cauda longa: do mercado de massa para o mercado de nicho**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2006.

ANDERSON, C. **Free: o futuro dos preços**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2009.

CABRAL, G. Maslow e as necessidades humanas. **Site do Mundo Educação**. Disponível em: <<http://www.mundoeducacao.com.br/psicologia/maslow-as-necessidades-humanas.htm>>. Acesso em: 17 abril de 2012.

CARIBÉ, J. C. O novo geek e Maslow. **Site do Blog Entropia**. Disponível em: <<http://entropia.blog.br/2008/03/16/o-novo-geek-e-maslow/>>. Acesso em: 17 de abril de 2012.

CASTELLS, M. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2003.

COSTA, S. O Sistema Echelon de espionagem global ou a lei do vale tudo. **Site do Espaço Acadêmico**. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/022/22ccosta.htm>>. Acesso em: 25 de abril de 2012.

DA SILVA, A. M; DE OLIVEIRA, J. S. S. M. O uso do Twitter no jornalismo tocantinense: análise de @Roberta Tum. **Site da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/ojs-2.3.1-2/index.php/iniciacom/article/view/805/711>>. Acesso em: 20 de abril de 2012.

DE MENEZES, E. B. B. Antropologia & Estética: o status quæstionis. **Site da Universidade Federal do Ceará**. Disponível em: <http://www.rcs.ufc.br/edicoes/v41n1/rcs_v41n1a6.pdf>. Acesso em: 17 de abril de 2012.

Internet brasileira começa 2012 em crescimento. **Site do IBOPE**. Disponível em: <<http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=5&proj=PortalIBOPE&pub=T&db=cald&comp=IBOPE+Nielsen+Online&docid=A2783DA1A6F2F86D832579B1005DC913>>. Acesso em: 3 de abril de 2012.

Monitoramento de atividades. **Site do Baixaki**. Disponível em: <<http://www.baixaki.com.br/categorias/369-monitoramento-de-atividades.htm>>. Acesso em: 25 de abril de 2012.

ONU diz que 2 bilhões de pessoas acessam a web. **Site da Rede Record**. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/tecnologia-e-ciencia/noticias/onu-diz-que-2-bilhoes-de-pessoas-acessam-a-web-20110126.html>>. Acesso em: 27 de abril de 2012.

REBOUÇAS, F. Abraham Maslow. **Site da InfoEscola**. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/biografias/abraham-maslow/>> Acesso em: 3 de maio de 2012.

Resolución del Parlamento Europeo sobre la existencia de un sistema mundial de interceptación de comunicaciones. **Site do Derechos Human Rights**. Disponível em: <<http://www.derechos.org/nizkor/espana/doc/echelon5sep01.html>>. Acesso em: 25 de abril de 2012.



SANTANA, J. R; VASCONCELOS, J. G; CECCATTO, V. M; VASCONCELOS, F. H. L;
RIBEIRO, J. W. **Inovações, cibercultura e educação**. Fortaleza: Ed. UFC, 2011.

Segunda Guerra Mundial. **Site da Sua Pesquisa**. Disponível em: <<http://www.suapesquisa.com/segundaguerra/>>. Acesso em: 20 de abril de 2012.

SERRANO, D. P. Maslow - Biografia. **Site do Portal do Marketing**. Disponível em:
<http://www.portaldomarketing.com.br/Artigos/Maslow_Biografia.htm> Acesso em: 3 de maio
de 2012.

Twitter. **Site da Wikipédia**. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Twitter>>. Acesso em:
20 de abril de 2012.